

Petrolão na mídia: O enquadramento de 18 meses da operação lava jato nas revistas impressas

Corruption in the media: The framing of 18 months of lava jato operation in brazilian magazines

Giulia Sbaraini Fontes¹

Paulo Ferracioli²

Rafael Sampaio³

Resumo: Este artigo tem como objetivo verificar quais foram os enquadramentos predominantes nas principais revistas semanais brasileiras a respeito da operação Lava Jato. Tendo como base as categorias de Robert Entman, foram analisadas as matérias de capa que faziam referência ao tema no período de abril de 2014 a setembro de 2015, resultando em um *corpus* de 82 matérias. Os resultados demonstram que há pouca pluralidade de enquadramentos acionados, geralmente enfatizando as relações perniciosas entre agentes políticos e econômicos ou focados em impactos no jogo político e no mercado.

Palavras-chave: Lava Jato; Enquadramento Noticioso; Jornalismo Político.

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPR, giuliasfontes@gmail.com.

2 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela UFPR, ferracioli.paulo@gmail.com.

3 Doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), cardososampaio@gmail.com.

Abstract: This article aims to verify how four Brazilian magazines framed the first 18 months of the so called "Lava Jato" operation. Based on Robert Entman's categories, we have analyzed the cover pieces of the four largest Brazilian magazines from April 2014 to September 2015 (a corpus of 82 articles). Our findings indicate a narrow plurality of available news framings, usually emphasizing pernicious relations between political and economic actors or focusing on the impacts of the scandals on the political game and market.

Keywords: Lava Jato; News Framing; Political Journalism.

1. Introdução

O recente escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras e algumas das maiores empreiteiras do Brasil tem tido forte impacto no sistema político e na opinião pública. O chamado Petrolão já envolveu um número considerável de atores políticos de diferentes partidos, assim como elites econômicas, raramente tocadas por investigações semelhantes realizadas antes da Lava Jato. Nesse sentido, destaca-se a importância da operação, formada por uma força-tarefa envolvendo Ministério Público e Polícia Federal. E, evidentemente, os *media* (em sua concepção mais ampliada) têm um papel destacado na divulgação das diferentes fases da Lava Jato e na cobertura dos agentes envolvidos.

Como sabemos, nas sociedades contemporâneas complexas, os cidadãos são incapazes de participar de maneira ativa e contínua das ações políticas, delegando seus poderes a representantes políticos que devem tomar as decisões em seus nomes. Os desenhos institucionais dos estados modernos tentam apresentar um conjunto de regras e medidas de controle dos representantes, que precisam prestar contas ao povo e ser responsivos às suas demandas. Porém, tais mecanismos apresentam limitações e, na prática, boa parte da mediação entre a esfera política e a civil se dá através dos *media*, com destaque para as empresas produtoras de informação profissional (i.e. jornalismo) e para as redes sociais online.

Como o contato entre as duas esferas tende a ser reduzido ou mesmo nulo nas sociedades contemporâneas, o domínio desta esfera de visibilidade pública dá grande poder aos *media* (Gomes, 2004; Miguel, Birolli, 2010; Thompson, 2002). As informações consumidas pelo público não são experimentadas por ele próprio, mas mediadas pelas empresas de comunicação que o público qualifica como credíveis, e essas empresas não dão publicidade a todos os fatos necessários para a formação da opinião individual. Em suma, importa como se dá a cobertura dos meios jornalísticos e midiáticos em relação aos atores políticos.

O presente artigo⁴ tem como objetivo verificar quais foram os enquadramentos predominantes em quatro revistas semanais de relevância nacional (*Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*) a respeito da “operação Lava Jato”, durante 18 meses de cobertura. Enquanto não assumimos o ideal de um jornalismo independente, neutro e imparcial – algo não factível (Miguel, 2015) – espera-se sim, normativamente, algum nível de pluralidade nos modos de enquadrar os escândalos. Estudos similares sobre a comunicação política tendem, entretanto, a mostrar uma situação de hiper antagonismo entre atores midiáticos e atores políticos, o que tende a enfatizar uma situação de confronto e, conseqüentemente, uma cobertura negativa da política (Albuquerque, 2013).

As revistas escolhidas para essa análise são semanais e de informação, com enorme relevância entre as publicações brasileiras. *Veja*, *Época* e *IstoÉ* são as três revistas mais vendidas no país, com a *Carta Capital* bem distante na tabela (ocupava apenas a 18ª posição em setembro de 2014, conforme dados do Instituto Verificador de Comunicação). Juntas, as quatro possuíam circulação em torno de 1 milhão e 700 mil revistas por semana, segundo os mesmos dados

4 Elaborado a partir de pesquisa realizada no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política, da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma versão preliminar desse artigo foi apresentada na III Jornada do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD), realizada em Salvador em maio de 2016.

do IVC.

Esse imenso potencial das revistas semanais coloca em destaque o jornalismo praticado por elas e a capacidade de abordar os assuntos relevantes. Ao invés de se prender ao jornalismo factual, ao qual estão atrelados os portais de notícia e os jornais diários, as revistas podem escolher temas de maneira mais segmentada e aprofundada (Tavares, 2008). As matérias que aparecem nas revistas dialogam com as edições anteriores, com todos os acontecimentos da semana que passou e com os eventos futuros (Schwaab, Tavares, 2009). No caso de escândalos políticos⁵, há evidências de que as revistas semanais podem ser o seu epicentro, tanto iniciando-os (desvelando malfeitos da elite política ou empresarial) quanto alimentando-os, vulgo, mantendo-os na esfera de visibilidade pública e, conseqüentemente, na discussão pública (Chaia e Teixeira, 2001; Prior, Guazani e Araújo, 2015).

Deste modo, este artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, realizamos uma breve revisão das origens da ideia de enquadramento e da visão de Entman (1993) sobre o conceito. Na segunda seção, fazemos uma resumida recapitulação da operação Lava Jato e de sua importância no atual contexto. A terceira parte apresenta tanto nossa metodologia de apreensão dos enquadramentos baseada em Entman quanto os resultados de nosso estudo. Finalmente, nas conclusões tentamos explorar mais as conseqüências de nossos achados, destacando o hiper antagonismo entre mídia e política e a falta de pluralidade de enquadramentos.

⁵ Para Thompson(2002), esta é a principal característica diferenciadora do escândalo político midiático para os tradicionais, ou seja, que é a sua extensão espaço-temporal. Os escândalos políticos podem ser vistos, revistos e avaliados em locais e momentos diferentes da sua origem. Como, na era da comunicação de massa, a imagem passa a ser parte do capital dos atores políticos, é preciso um cuidado extra para não ser envolvido ou minimizar os danos em caso de envolvimento. Para discussões mais aprofundadas sobre o escândalo político, ver Chaia, Teixeira (2001); Gomes (2004); Prior, Guazina, Araújo (2015).

2. Perspectivas sobre o enquadramento

O enquadramento é um conceito complexo e com múltiplas definições, o que acaba gerando um termo que pode designar conceitos muito diferentes entre si. Não é, entretanto, nosso objetivo tratar a respeito destas inúmeras definições, o que já foi realizado por um conjunto de pesquisadores (Vimieriro e Dantas, 2009; Mendonça e Simões, 2012; Pozobon e Schaefer, 2015). Vamos nos ater a uma breve recapitulação de seu histórico e das sugestões de aplicação por Entman (1993).

A primeira sistematização teórica a aplicar o conceito na análise das interações sociais foi feita por Erving Goffman (1974) em *Frame Analysis*, baseado nos trabalhos de Gregory Bateson. “Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais” (Porto, 2002, p. 04).

Apesar de Tuchman (1978) ter iniciado os estudos de enquadramento aplicando o termo de Goffman (1974) nas pesquisas sobre a mídia, foi Gitlin (1980) quem definiu mais claramente o conceito dentro da comunicação. O autor afirma que os *frames* são uma forma de organizar o mundo que está relacionada não somente ao trabalho do jornalista, mas também aos receptores que consomem a notícia. Ele completa: “Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso [...] de forma rotineira” (Gitlin, 1980).

Portanto, o conceito de enquadramento pode ser encarado a partir de duas vertentes: a do enquadramento interpretativo e a do enquadramento da notícia (Silva, 2015). A primeira, com um viés mais sociológico, é utilizada para a análise de ações coletivas, como na observação do relacionamento entre os movimentos sociais e a mídia. Um exemplo são estudos sobre mobilizações como a Marcha das Vadias (Prudencio, Rizzotto e Silva, 2015). Já a segunda se

insere no panorama dos *media effects*, ou seja, na área de estudo dos enquadramentos noticiosos, e é a que interessa para este artigo.

2.1. As categorias de Robert Entman

As disputas e inúmeras ênfases do conceito se refletem nas aplicações metodológicas para a avaliação do enquadramento nos *media*. Portanto, há diferentes formas e maneiras de avaliar e medir os *frames*. Enquanto há um conjunto pertinente de reflexões e apresentações sobre modelos de avaliação do enquadramento (Campos, 2014; Pozobon e Miranda, 2012; Prior, Guazina e Araújo, 2015; Vimieiro e Maia, 2011), continuamos a crer que as definições e categorias de Entman são pertinentes e capazes de dar resposta aos questionamentos do campo. O autor diz que não é possível falar em enquadramento ou *framing* descartando as noções de saliência e seleção. Para ele,

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto, promovendo uma definição de problema em específico, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa).

Portanto, Entman (1993) aponta quatro características presentes em um enquadramento, a saber: 1) um *frame* diagnostica um problema, apontando o que um agente está fazendo; 2) aponta causas para este problema, identificando quais são as forças por trás daquela situação; 3) faz julgamentos morais, avaliando os próprios agentes e os efeitos de suas atitudes; e, por fim, 4) sugere soluções, prevendo os possíveis efeitos dos problemas. Apesar de identificar estas quatro funções de um quadro, Entman (1993) diz que um texto nem sempre apresenta todas elas. Segundo ele, algumas sentenças podem apresentar mais de uma função, enquanto outras não apresentam alguma.

A saliência, ponto chave que Entman (1993) destaca para se entender como funciona o enquadramento, significa selecionar alguns pontos da realidade e enfatizá-lo no texto comunicacional, tornando uma informação mais relevante e noticiável para a audiência. Isso pode ser feito através da posição daquela informação em um texto, da associação com aspectos culturais ou mesmo da repetição do dado na mensagem.

Apesar desta saliência de fato existir, o autor aponta que ela não significa necessariamente uma influência no modo de pensar dos receptores. Isso porque a comunicação pressupõe uma interação entre texto e receptor e, por isso, o processamento da informação está relacionado às referências que o espectador possui. Estes outros elementos interferem, também, na leitura que o público faz das mensagens dos meios de comunicação. Para Gamson (2011), o sentido do conteúdo midiático não é fixo, e sim uma negociação que envolve a atribuição de novos elementos àquela mensagem por parte de uma audiência extremamente heterogênea. As imagens da mídia, de acordo com o autor, misturam aspectos culturais e sentidos pessoais.

De acordo com Entman (1993), aplicar um *frame* não significa somente dar mais saliência a determinados aspectos. Enquadrar também pode implicar na omissão de alguns pontos. Com isso, a reação dos receptores muda se eles buscam mais de uma fonte de informação, o que fornece enquadramentos distintos sobre o mesmo tema ou acontecimento. Entretanto, segundo o autor, muitas vezes há uma homogeneização no tratamento das notícias, porque abordá-las de uma forma diferente que os demais veículos poderiam significar perda de credibilidade ou uma indisposição com as elites.

3. A Lava Jato e seus desdobramentos

Antes de passarmos à análise do corpus cabe uma breve contextualização a respeito da operação Lava Jato, cuja cobertura é objeto deste artigo.

Deflagrada em março de 2014, ela foi batizada por conta do objeto inicial das investigações: uma rede de postos de combustíveis e lava-a-jato de veículos usada para lavagem de dinheiro. A investigação se expandiu e passou a ter foco em um esquema de corrupção na maior empresa estatal do país, a Petrobras. As investigações apontam que empreiteiras formavam um cartel e pagavam propina a diretores da companhia para garantir a participação em licitações. Essa rede durou mais de dez anos e envolvia a participação de doleiros, que faziam a intermediação entre os agentes públicos e particulares. O envolvimento de parlamentares e políticos de destaque sempre foi mencionado pela imprensa, mas o foro privilegiado, que lhes permite serem julgados apenas pelo Supremo Tribunal Federal, retardou a divulgação dos nomes dessas autoridades até que os inquéritos fossem abertos em Brasília. A “lista de Janot”, como ficou conhecida, só foi divulgada em 06 de março de 2015 e contou com 49 nomes, nos quais foram citados políticos do PP, PMDB, PT, PTB, SDD, PR e PSDB⁶.

Com mais de dois anos a Lava Jato já conta, até o momento de escrita deste artigo, com 31 fases. O período selecionado para a análise, entretanto, compreende 18 meses de operação, entre abril de 2014 e setembro de 2015, quando ocorreram 18 fases da investigação. O primeiro mês da Lava Jato, março de 2014, foi descartado por conta do baixo número de matérias nas revistas selecionadas (apenas uma, em *Veja*).

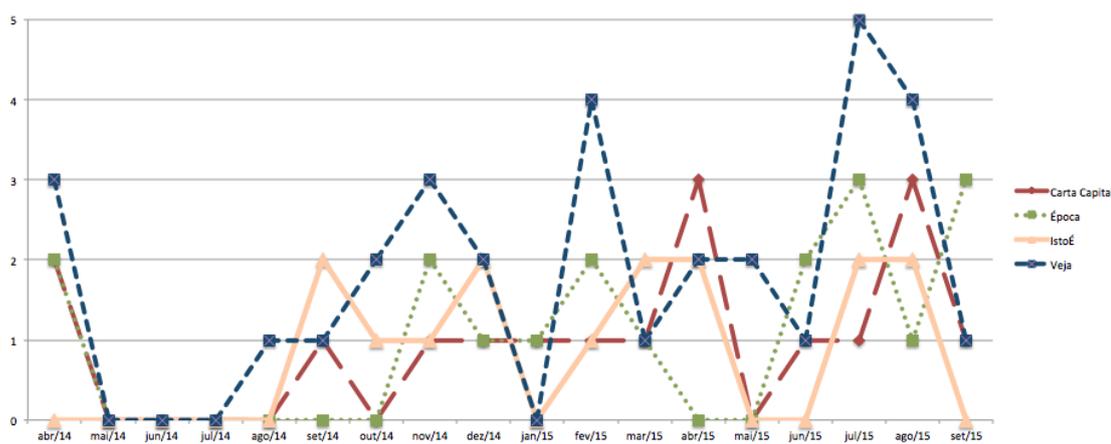
Neste período, ocorreram importantes marcos da operação, como a homologação das delações premiadas de Paulo Roberto Costa e de Alberto Youssef, as prisões de Renato Duque (ex-diretor de serviços da Petrobras), Nestor Cerveró (ex-diretor da área internacional da estatal), André Vargas (ex-deputado), João Vaccari Neto (tesoureiro do PT) e Marcelo Odebrecht, além do envio ao STF da lista de políticos investigados pelo procurador-geral da

6 Disponível em <<http://www.lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso.html>>. Acesso em 02/07/2015.

República Rodrigo Janot. Nestes meses também ocorreram as condenações de Costa, Youssef e Cerveró, além de buscas nas casas de políticos, entre eles o senador Fernando Collor (PTB-AL). Nos dois últimos meses analisados pela pesquisa, agosto e setembro de 2015, ocorreram, ainda, a prisão do petista José Dirceu e a apresentação da denúncia contra o então presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) por envolvimento no esquema⁷.

Apesar da profusão de fatos que se deram no período analisado, as revistas do corpus não apresentaram semelhanças significativas em suas coberturas. O gráfico 1 traz o número de capas que cada uma delas destinou ao tema nos meses selecionados.

Gráfico 1 – Capas sobre a Lava Jato por mês



Fonte: Elaboração Própria

A recordista no período analisado foi *Veja*, que destinou 32 capas à Lava Jato. Chamam a atenção os meses de fevereiro, julho e agosto de 2015, considerando que se tratam de revistas semanais. *Carta Capital* (com 17 capas)

⁷ Aqui, há uma tentativa de organizar as fases e eventos da Lava Jato. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>>. Acesso em: 06/07/16.

e *IstoÉ* (com 15) apresentaram picos com 3 e 2 capas mensais, respectivamente. Por fim, *Época* (que destinou 18 capas ao tema) teve um período importante sem dar destaque ao caso (entre maio e outubro de 2014), mas, posteriormente, deu importância à operação pelo menos uma vez ao mês, excetuando-se abril e maio de 2015.

Mais que saber o quanto a Lava Jato foi tema para as principais revistas semanais brasileiras, contudo, o objetivo deste artigo é revelar como o tema foi abordado nestas publicações. Os enquadramentos das revistas *Veja* e *Carta Capital* já foram abordados em pesquisa recente (Rizzotto, Fontes e Ferracioli, 2016). Pertinente, portanto, o aprofundamento da discussão, de modo a perceber os enquadramentos presentes em mais publicações e em um maior período de tempo. Para isso mobilizamos o conceito de enquadramento, detalhado e aplicado ao corpus proposto a seguir.

4. O Petrolão em Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja

Nesta seção iremos apresentar nosso livro de códigos de maneira mais detalhada, seguido pelos resultados da pesquisa.

4. 1. Metodologia

Diante desta perspectiva teórica, como já apontado, é objetivo deste artigo realizar uma análise de enquadramento das notícias publicadas a respeito do escândalo da Petrobras nas revistas *Carta Capital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja* entre abril de 2014 e setembro de 2015. Fazem parte do corpus da pesquisa as matérias de capa que fizeram referência ao tema dentro do referido período, totalizando 17 matérias na *Carta Capital*, 18 na *Época*, 15 na *IstoÉ* e 32 na *Veja*. A pesquisa é conduzida através das categorias sugeridas por Entman (1993): definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento. Essas categorias geraram um livro de códigos elaborado a partir

da observação da descrição do fato, através da utilização de elementos linguísticos e imagéticos, da caracterização dos envolvidos, da referência às bases partidárias e dos julgamentos e possíveis consequências.

Em primeiro lugar, foram identificadas as fontes que aparecem nas matérias, ou seja, quais atores forneceram aspas (i.e. falas, declarações) às revistas ao longo dos textos selecionados. Para esse item serviram os seguintes códigos: [1] autoridades, sejam elas do Poder Executivo ou da Petrobras; [2] políticos; [3] Ministério Público; [4] investigados pela operação; [5] analistas independentes, como professores universitários e consultores, e [6] populares e testemunhas. Considerou-se importante verificar quais foram as fontes utilizadas na medida em que Tuchman (1978) ressalta o uso de outras vozes além da do jornalista como um dos rituais utilizados pelo repórter para garantir a aparência de objetividade nos relatos. A pesquisa de Campos (2014) também enfatiza como certos atores podem ser constantemente convocados para os mesmos “lugares de fala”, cristalizando suas opções de interferir no debate público.

Em seguida, foi verificado se a matéria promovia ou não a definição do problema, e, nos casos positivos, foram identificados os problemas a seguir: [1] o envolvimento de todos os partidos políticos na corrupção; [2] a impunidade dos corruptores, que influencia o aparecimento de mais casos de desvio de dinheiro público; [3] futuro (político) da Petrobras em jogo; [4] efeitos da operação no mundo político e na economia, ressaltando que as investigações estão gerando consequências na disputa política partidária; [5] esvaziamento do discurso da esquerda, sinalizando que a esquerda deveria pensar em uma nova forma de governo, abandonando a política de coalizão; [6] a relação promíscua entre empresas e políticos, ou seja, a troca de favores entre agentes do poder público e outros atores com fins particulares; [7] a tentativa de sabotar a operação Lava Jato e [8] a instabilidade política da presidente Dilma Rousseff.

Relacionada à definição do problema, em seguida, aparece a descrição das suas causas. Foram percebidas: [1] a falta de punição adequada; [2] o uso político das delações; [3] o envolvimento de todos os partidos na corrupção, que em algumas matérias havia aparecido como problema, mas, em outras, é apontado como causa de outro problema descrito; [4] descrevendo o projeto de poder do PT como causador dos casos de corrupção; [5] enfatizando o envolvimento de aliados do governo nos crimes; [6] apontando o envolvimento da elite e de políticos nos fatos e [7] associando ao problema à gestão inadequada dos governos do PT.

Verificou-se, ainda, posicionamentos diante do problema, também chamados de julgamentos morais: [1] ceticismo; [2] esperança de punição dos envolvidos; [3] defesa do patrimônio nacional, ou seja, impedir que a Petrobras ou o executivo percam a importância; [4] condenação prévia do PT como principal responsável pela corrupção; e [5] o PT perdeu seus ideais depois que chegou ao poder.

Por fim, foram identificadas as seguintes soluções: [1] agilidade da justiça na identificação e punição dos envolvidos; [2] a proibição da doação de empresas em campanhas políticas; [3] a continuidade das investigações, mostrando confiança no trabalho de Moro e Janot; [4] o ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem, já que isso significaria transtornos para a economia e [5] o diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo.

Todos os códigos estão sintetizados na tabela 1.

Tabela 1 – Livro de códigos

	1	2	3	4	5	6	7	8
Fontes	Autoridades	Políticos	Ministério Público	Investigados	Analistas	Populares e testemunhas	-	-
Definição do problema	Envolvimento de todos os partidos	Impunidade dos corruptores	Futuro da Petrobras em jogo	Efeitos da operação no mundo político e na economia	Esvaziamento do discurso de esquerda	Relação promíscua entre empresas e políticos	Tentativa de sabotar a Lava Jato	Instabilidade de Dilma
Causas	Falta de punição adequada	Uso político das delações	Envolvimento de todos os partidos na corrupção	Projeto de poder do PT	Aliados do governo foram citados na Lava Jato	Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes	Gestão inadequada dos governos do PT	-
Julgamentos morais	Ceticismo	Esperança na punição dos envolvidos	Defesa do patrimônio nacional	Condenação prévia do PT	PT se perdeu no caminho	-	-	-
Soluções	Agilidade da Justiça	Proibição da doação de empresas em campanhas	Confiança no trabalho de Moro e Janot	Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem	Diálogo entre Executivo e Legislativo	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria

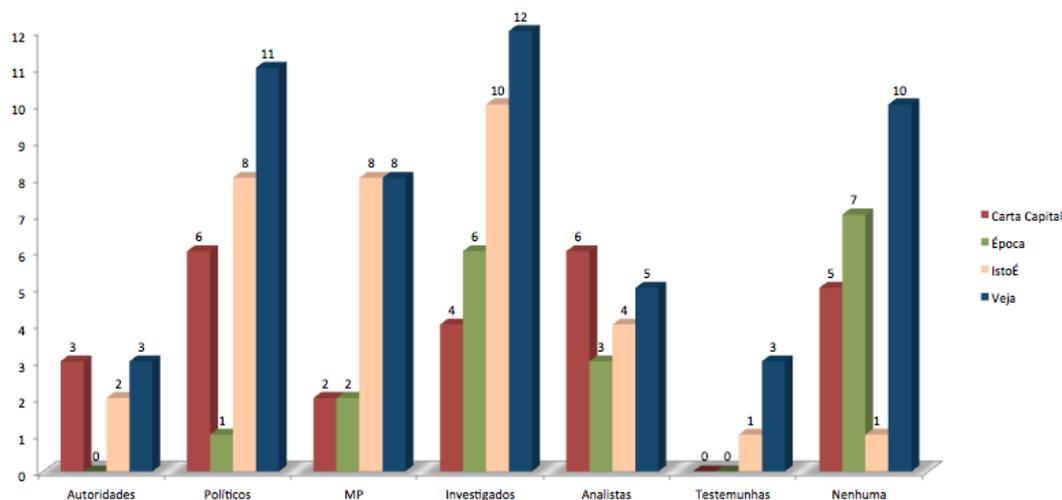
A relação entre os problemas, suas causas e possíveis soluções é diversa, possibilitando que para um mesmo problema sejam descritas causas diferentes, que uma mesma relação causal seja apontada para problemas diversos, ou

ainda, que uma única solução seja considerada ideal para resolver problemas não equivalentes.

4. 2. Resultados

Com base nas categorias citadas, é possível encontrar os resultados nesse corpus. Inicialmente, a partir das fontes utilizadas, podemos perceber quais personagens tiveram oportunidade de fala. O gráfico a seguir demonstra a relação:

Gráfico 2 – Fontes utilizadas



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2 – Fontes utilizadas

	Autoridades	Políticos	MP	Investigados	Analistas	Testemunhas	Nenhuma
<i>Carta</i>	3	6	2	4	6	0	5
<i>Época</i>	0	1	2	6	3	0	7
<i>IstoÉ</i>	2	8	8	10	4	1	1
<i>Veja</i>	3	11	8	12	5	3	10

Fonte: Elaboração Própria

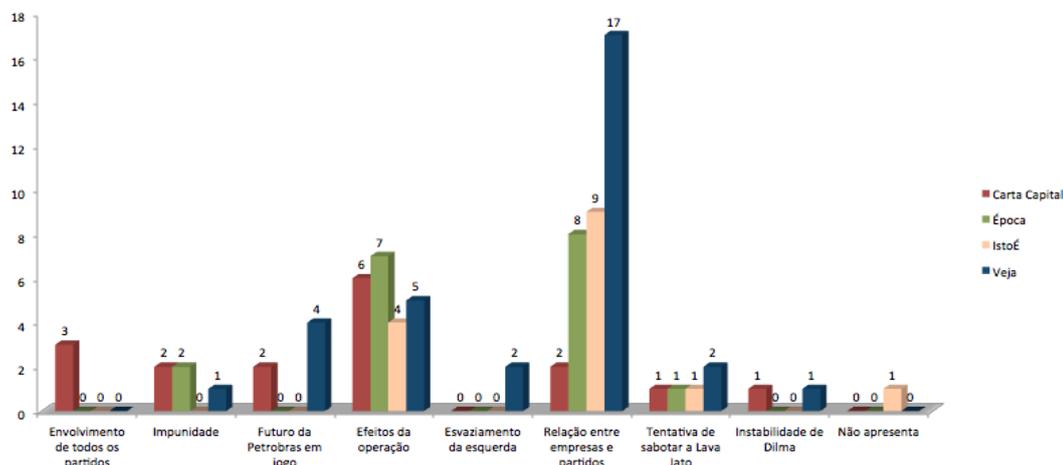
Chama a atenção, de início, o número significativo de matérias de *Carta*, *Época* e *Veja* que não utilizaram nenhuma fonte ao longo do texto. A que mais se destaca é *Época*, que teve quase metade das matérias sem nenhuma declaração de personagem, autoridade ou especialista. A ausência de discursos que não sejam o do jornalista contraria o que se espera de um texto noticioso. Desta forma, a única revista que atendeu ao esperado foi *IstoÉ*, com apenas uma matéria sem fontes.

Entre os mais citados estão os investigados ou seus advogados e políticos. A revista *Veja* se destaca por ter proporcionado vozes para o maior número de atores diferentes: todas as categorias pensadas para o presente artigo foram encontradas nas matérias da revista da editora Abril. Conjecturar sobre os motivos para a pluralidade de fontes nesta publicação, entretanto, exigiria outros tipos de metodologia que não a empregada neste artigo (como entrevistas com membros da equipe editorial da revista, por exemplo), o que não é foco do presente trabalho.

Membros do Ministério Público e analistas independentes aparecem com quase o mesmo número de citações em todas as revistas, com 20 e 18 aspas, respectivamente. *Carta* se destaca como a publicação que mais citou analistas, que poderiam ser consideradas como fontes "neutras" a respeito do tema, já que não estão envolvidas diretamente na operação.

Quanto à primeira categoria pensada por Entman, a definição do problema, foi possível alcançar os seguintes resultados, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Definição do problema



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3 – Definição do problema

	Envolvimento de todos os partidos	Impunidade	Futuro da Petrobras em jogo	Efeitos no mundo político e na economia	Esvaziamento da esquerda	Relação promíscua entre empresas e políticos	Tentativa de sabotar a Lava Jato	Instabilidade de Dilma	Não apresenta
<i>Carta</i>	3	2	2	6	0	2	1	1	0
<i>Época</i>	0	2	0	7	0	8	1	0	0
<i>IstoÉ</i>	0	0	0	4	0	9	1	0	1
<i>Veja</i>	0	1	4	5	2	17	2	1	0

Fonte: Elaboração Própria

Para a definição do problema a subcategoria que mais apareceu foi a de número 6, *relação promíscua entre empresas e partidos*, com destaque nas revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, nas quais foi a definição predominante. Tal subcategoria permite perceber o enfoque dado por esses veículos da imprensa para a operação Lava Jato: as trocas mútuas de dinheiro e favores entre membros do poder público e de partidos políticos com empresas. Nesta

definição do problema eram descritos os pagamentos de propinas ou doações aparentemente legais feitas às campanhas com dinheiro público desviado da Petrobras.

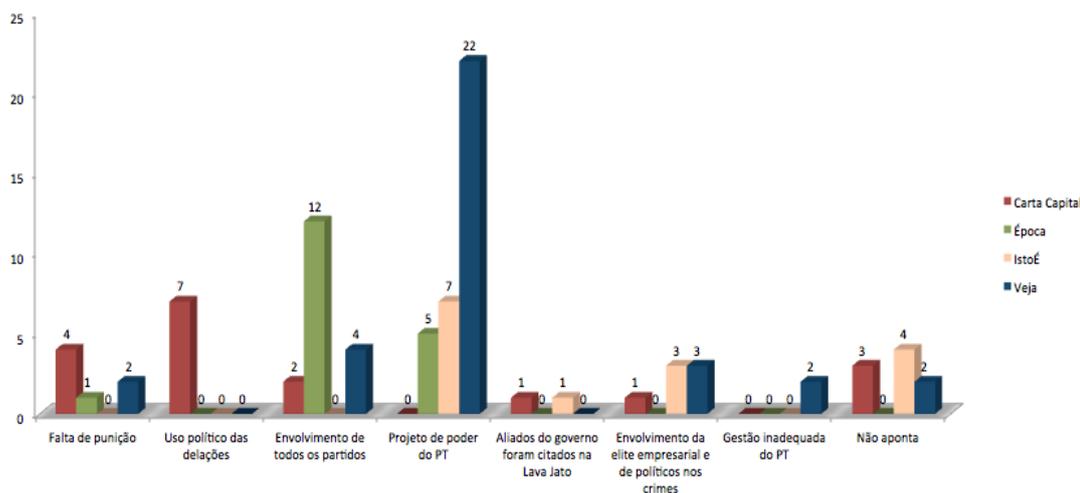
Outra definição que aparece em número significativo é a de número 4, *efeitos da operação no mundo político e na economia*. Matérias que se encaixam nesta subcategoria tratam de como a Lava Jato pode influenciar o governo de Dilma Rousseff, seja por conta do envolvimento da própria presidente nas investigações seja por denúncias relacionadas a membros ou aliados do seu governo. Os demais problemas aparecem de forma mais tímida para *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, que possuem enquadramentos semelhantes.

Para *Carta Capital* também aparece de forma significativa o problema 4, mas enfatizando as consequências da Lava Jato na economia. As matérias apontam que a possível quebra das empreiteiras envolvidas no esquema pode acarretar a paralisação de obras e a demissão de trabalhadores. Um dos textos, de 27/02/15, questiona: "É possível levar a cabo a limpeza ética sem jogar por terra a economia e inviabilizar o Brasil por um período razoavelmente longo?" (Drumond, 2015). O problema 1, *envolvimento de todos os partidos na corrupção*, aparece em segundo lugar, enquanto os demais aparecem de forma equilibrada.

Apenas uma matéria, de *IstoÉ*, não definiu um problema. O texto, em que também estão ausentes as outras categorias propostas por Entman (1993), apenas descreve como os empreiteiros presos pela operação estão inclinados a fazer acordos de delação premiada.

Cada definição do problema pode ser relacionada a possíveis causas. A análise para esta categoria está no gráfico 4.

Gráfico 4 – Causas apontadas



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 4 – Causas apontadas

	Falta de punição	Uso político das delações	Envolvimento de todos os partidos	Projeto de poder do PT	Aliados do governo foram citados na Lava Jato	Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes	Gestão inadequada do PT	Não aponta
<i>Carta</i>	4	7	2	0	1	1	0	3
<i>Época</i>	1	0	12	5	0	0	0	0
<i>IstoÉ</i>	0	0	0	7	1	3	0	4
<i>Veja</i>	2	0	4	22	0	3	2	2

Fonte: Elaboração Própria

IstoÉ e *Veja* apresentam como principal causa a de número 4, projeto de poder do PT. Alguns trechos contêm frases que mais parecem de artigos de opinião, mesmo que estejam em espaços destinados a matérias tradicionais. Diz o texto de *IstoÉ* publicado em 15/10/14: "O ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef afirmam que o PT foi o partido mais contemplado pela propina. As revelações estarrecedoras escancaram a falência moral do Estado nos últimos anos" (Jerônimo, 2014). Em *Veja* aparecem outros exemplos em matérias como a publicada em 11/02/15: "O que entrou nos

cofres do PT foi o produto do roubo planejado e executado pelo partido" (Bonin; Pereira, 2015).

Nesta categoria *Época* e *Carta* destoam das outras duas. A primeira apresenta como causa principal a de número 3, *envolvimento de todos os partidos na corrupção*. A matéria de 06/03/15 ilustra o raciocínio proposto pela revista:

Há um fato e uma tese que perpassam os pedidos de investigação entregues por Janot. O fato: o esquema do petrolão valeu-se, em muitos casos, do caixa oficial dos partidos e dos candidatos para pagar propina aos políticos, uma vez que os recursos houvessem sido lavados. A tese: o sistema de financiamento de campanhas eleitorais em vigor precisa ser revisto (Coutinho; Tavares, 2015).

Já *Carta* apontou como causa principal a de número 2, *uso político das delações*. Por este ponto de vista há um "vazamento seletivo" das informações fornecidas pelos investigados nas delações premiadas, de modo que o PT e o governo sejam os principais prejudicados. Denúncias contra membros de outros partidos, assim, seriam deixadas de lado.

Nos julgamentos morais *Veja* e *IstoÉ* mais uma vez aparecem juntas, com ênfase no julgamento 4, *condenação prévia do PT*. Em 22/04/15 uma matéria da primeira afirma: "O PT se tornou imagem e semelhança da corrupção, sinônimo de maracutaia ou malfeito, vulgarizou as instituições e rebaixou a prática política" (Bonin; Marques; Pereira, 2015). *IstoÉ* traz trechos semelhantes, como o de 12/08/15: "O Petrolão mostrou de maneira inequívoca que Dirceu e o PT criaram uma espécie de toque de Midas ao avesso: quase tudo em que o partido meteu a mão teve a sujeira da corrupção" (Pardellas, 2015).

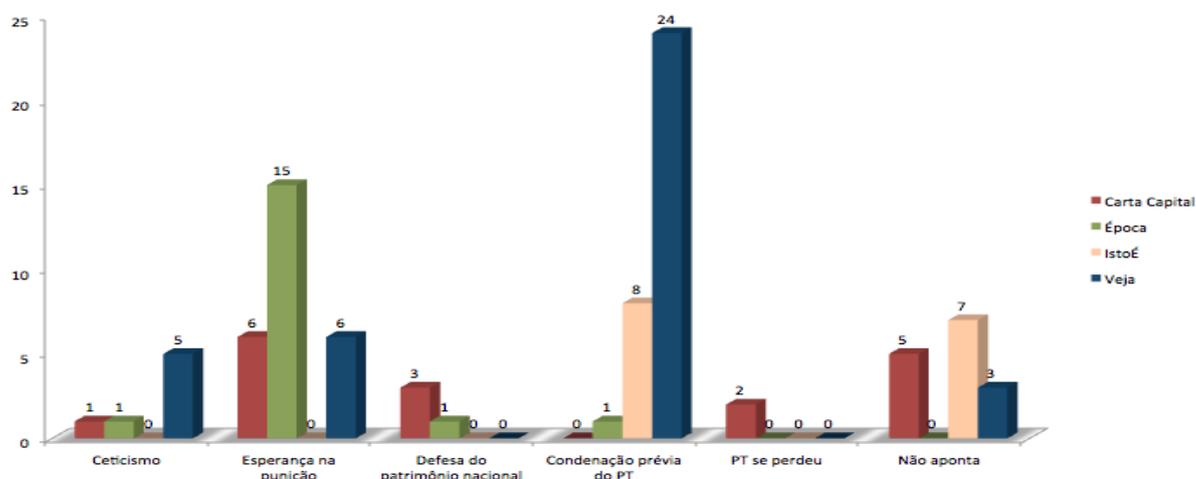
Já *Época* enfatiza o julgamento 2, *esperança na punição dos envolvidos*. A revista dá destaque aos feitos já alcançados pela operação, tratando-a como "épica" e histórica para o Brasil. *Carta* tem seis matérias que também apresentam este julgamento, mas a publicação chama a atenção ao apresentar a subcategoria 5, fazendo uma crítica ao Partido dos Trabalhadores. O julgamento

aparece especialmente quando a revista trata do envolvimento de José Dirceu que, no mensalão, teria orquestrado processos de corrupção para viabilizar o projeto ideológico do partido e, na Lava Jato, teria buscado somente seu enriquecimento pessoal. Diz a matéria de 07/08/15 publicada por *Carta*:

No caso do ex-ministro [José Dirceu], a tese de que os fins justificam os meios não poderá ser mais usada, nem do ponto de vista ideológico. Dirceu, aponta a investigação, valeu-se dos recursos para fins pessoais, incluída a aquisição de um apartamento e de um avião e a reforma de uma casa. (Beirangê, 2015).

O resultado em relação aos julgamentos morais está sintetizado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Julgamento Morais



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 – Julgamento Morais

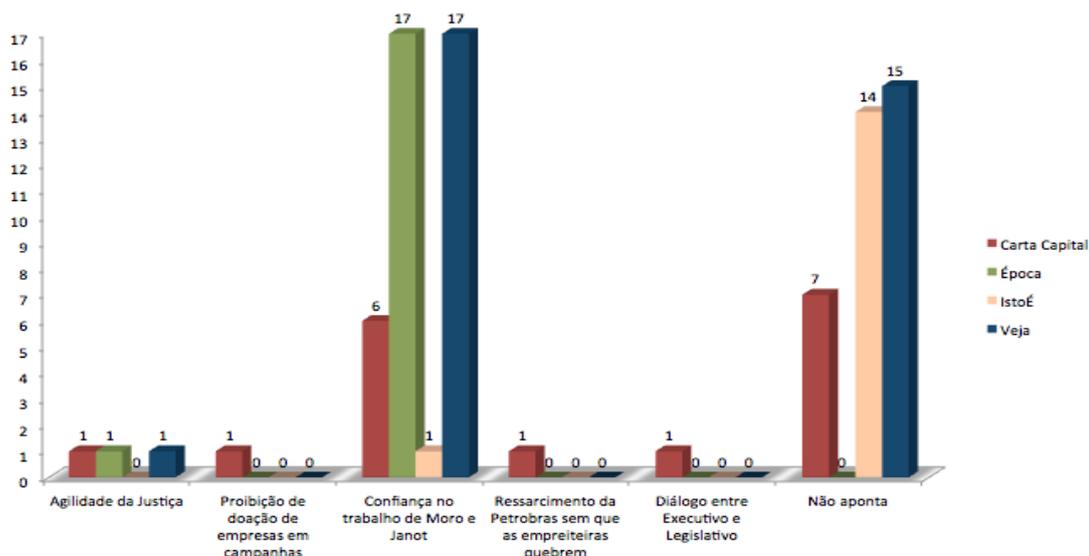
	Ceticismo	Esperança na punição dos envolvidos	Defesa do patrimônio nacional	Condenação prévia do PT	PT se perdeu no caminho	Não aponta
<i>Carta</i>	1	6	3	0	2	5
<i>Época</i>	1	15	1	1	0	0
<i>IstoÉ</i>	0	0	0	8	0	7
<i>Veja</i>	5	6	0	24	0	3

Fonte: Elaboração Própria

Por fim, em relação às soluções, um número significativo de matérias de *Carta*, *IstoÉ* e *Veja* não apresenta soluções para o problema. Entre as subcategorias identificadas, porém, chama a atenção o número de matérias em *Carta*, *Época* e *Veja* que oferece a solução 3, *confiança no trabalho de Moro e Janot*. Aparece aí a tendência à personificação do tema, enfatizando a figura do juiz e do procurador-geral da República.

O gráfico abaixo apresenta o resultado para a última categoria de Entman (1993).

Gráfico 6 – Soluções



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 6 – Soluções

	Agilidade da Justiça	Proibição da doação de empresas na campanha	Confiança em Moro e Janot	Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem	Diálogo entre Executivo e Legislativo	Não aponta
<i>Carta</i>	1	1	6	1	1	7
<i>Época</i>	1	0	17	0	0	0
<i>IstoÉ</i>	0	0	1	0	0	14
<i>Veja</i>	1	0	17	0	0	15

Fonte: Elaboração Própria

4.3 Os frames mais frequentes

As quatro categorias apresentadas, quando combinadas, revelam quais são os enquadramentos completos apresentados pelas publicações. Na tabela 7 estão relacionados cinco dos oito problemas identificados, de acordo com a frequência que apareceram, e como se comportaram as matérias nas outras três categorias. Os outros três foram omitidos da tabela pela baixa frequência no corpus. Ao lado de cada problema, entre parênteses, aparece o número de vezes que ele apareceu entre todas as matérias analisadas.

Tabela 7 – Relação entre as categorias

	Causas	Julgamentos	Soluções
Impunidade dos corruptores (5)	Falta de punição adequada; Envolvimento de todos os partidos na corrupção; Projeto de poder do PT.	Esperança na punição dos envolvidos.	Agilidade da Justiça; Proibição de doação de empresas em campanhas; Confiança no trabalho de Moro e Janot.
Futuro da Petrobras em jogo (6)	Falta de punição adequada; Uso político das delações; Envolvimento de todos os partidos na corrupção; Projeto de poder do PT.	Ceticismo; Esperança na punição dos envolvidos; Defesa do patrimônio nacional; Condenação prévia do PT.	Confiança no trabalho de Moro e Janot.
Efeitos da operação no mundo político e na economia (22)	Uso político das delações; Envolvimento de todos os partidos na corrupção; Projeto de poder do PT; Aliados do governo foram citados na Lava Jato; Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes.	Esperança na punição dos envolvidos; Defesa do patrimônio nacional; Condenação prévia do PT; PT se perdeu no caminho.	Agilidade da Justiça; Confiança no trabalho de Moro e Janot; Ressarcimento da Petrobras sem que as empreiteiras quebrem.
Relação promíscua entre empresas e partidos (36)	Falta de punição adequada; Envolvimento de todos os partidos na corrupção; Projeto de poder do PT.	Ceticismo; Esperança na punição dos envolvidos; Condenação prévia do PT.	Confiança no trabalho de Moro e Janot.
Tentativa de sabotar a operação (5)	Envolvimento de todos os partidos; Uso político das delações; Projeto de poder do PT; Envolvimento da elite empresarial e de políticos nos crimes.	Ceticismo; Condenação prévia do PT.	Confiança no trabalho de Moro e Janot.

Fonte: Elaboração Própria

É interessante notar como o mesmo problema pode ser mobilizado de forma diferente de acordo com a posição ideológica da publicação. Em relação ao problema 7, *tentativa de sabotar a operação*, por exemplo, temos causas completamente distintas: o envolvimento de todos os partidos na corrupção e o projeto de poder do PT. Assim, é visível como a combinação dos elementos do *frame* traz visões diferentes sobre os mesmos fatos.

Da mesma maneira o enquadramento predominante em *Época*, *IstoÉ* e *Veja* tem como problema o de número 6, *relação promíscua entre empresas e partidos*. O que muda são as causas: para *IstoÉ* e *Veja* a que mais aparece é a de número 4, *projeto de poder do PT*. Assim, o enquadramento sustentado aponta o Petrolão como uma continuação do Mensalão⁸, depois que o esquema foi debelado. O objetivo seria manter o Partido dos Trabalhadores no poder. Já *Época* adota como causa principal o envolvimento de todos os partidos na corrupção, colocando que as relações de troca de favores entre políticos e agentes privados acontecem em todos os escalões do poder. Nos julgamentos aparece a mesma tendência: *IstoÉ* e *Veja* se concentram na condenação do PT, enquanto *Época* traz a esperança na punição de todos os envolvidos no esquema. Na solução, entretanto, as três revistas se comportam da mesma maneira: ou não apresentam uma resposta para esta categoria ou demonstram confiar no trabalho de Moro e Janot (especialmente *Época* e *IstoÉ*).

Já para *Carta Capital* a definição do problema ficou pulverizada em várias subcategorias. No entanto o enquadramento que predominou está relacionado ao problema 4, *efeitos da operação no mundo político e na economia*. *Época* também apresentou número significativo de matérias com este problema. A primeira revista, entretanto, enfatiza nas causas o *uso político das delações* [2], colocando que os vazamentos de informações fornecidas nas delações premiadas estão afetando o governo e obras importantes para o país. *Época*,

8 Para mais sobre a cobertura jornalística do mensalão, ver Prior, Guazina, Araujo, 2015.

mais uma vez, coloca a causa de número 3, *envolvimento de todos os partidos na corrupção*, como a principal. Nos julgamentos aparecem *defesa do patrimônio nacional*, em *Carta*, defendendo que a economia brasileira não pode ser prejudicada por conta dos casos de corrupção. Entre as soluções apontadas pela revista está a recuperação da Petrobras sem que as obras de responsabilidade das empreiteiras envolvidas no esquema sejam afetadas.

5. Considerações finais

Inicialmente, é preciso admitir que nossos dados têm baixa capacidade de generalização, uma vez que nosso corpus é compreendido exclusivamente por matérias de capa de quatro revistas semanais em um complexo sistema midiático brasileiro. Os enquadramentos de outros veículos podem ter seguido caminhos diferentes e refutar parte de nossos achados.

Por outro lado, como já enfatizado, as revistas semanais têm uma função bastante específica neste sistema, que é organizar e aumentar a repercussão das notícias diárias ocorridas em uma semana. Assim, é factível supor que seus enquadramentos serão especialmente contundentes na opinião pública, podendo levar, de fato, a algum nível de *framing effects*. Além, claro, de sua capacidade destacada de agendar outros veículos jornalísticos e a discussão pública. Como apresentado anteriormente, algumas destas revistas já tiveram papéis centrais na investigação e denúncia de desvios políticos (Chaia e Teixeira, 2001).

No que tange aos resultados, destaca-se que duas das quatro revistas analisadas (*Veja e IstoÉ*) apresentaram enquadramentos muito semelhantes para o tema analisado, a saber *relação promíscua entre empresas e partidos* e *efeitos da operação no mundo político e na economia* e, por sua vez, a revista *Época* não fugiu de forma significativa destes enquadramentos. Chama a atenção, ainda, o fato de estas três publicações serem de grande relevância no

mercado editorial brasileiro e de que a revista que ofereceu os enquadramentos que mais divergiam – *Carta Capital* – é a de menor circulação.

Alguns enquadramentos estiveram completamente ausentes da cobertura dessas revistas. As questões processuais – que envolvem o uso de institutos do processo penal brasileiro como a condução coercitiva e a colaboração premiada, por exemplo – que receberam críticas consideráveis de parte da comunidade jurídica nunca foram um problema central para as notícias.

Em vez disso, as relações entre os políticos e os empresários foram um enquadramento predominante, a indicar uma tendência de personalização do tema, que se torna mais palatável ao se debruçar sobre conversas ilícitas entre figuras de renome do que no debate sobre a validade de decisões judiciais. Algo semelhante foi observado por Prior e equipe (2015) no escândalo do Mensalão.

Importante considerar o papel central que ocuparam em muitas notícias analisadas os agentes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Judiciário, uma vez que a solução mais recorrente envolvia a confiança das revistas nessas instituições para o prosseguimento do trabalho. Os enquadramentos observados dão destaque a esses agentes, no que parece ser uma tônica da cobertura desse caso pelas publicações.

Muito mais que manipulação ou distorção contra determinado agente político, nossos achados reforçam o antagonismo entre agentes midiáticos e atores do sistema político, talvez excetuando-se a posição marcada da revista *Veja* contra o PT e seus agentes. Nota-se que o jornalismo das grandes revistas brasileiras ainda assume uma forte posição de “cão de guarda” do público, que precisa ser protegido dos agentes políticos, sempre vistos e caracterizados como agentes apenas interessados nos próprios benefícios. Há, ainda, muita ênfase nos impactos da operação Lava Jato no jogo político cotidiano, que precisaria ser, constantemente, explicado ao público leigo.

Portanto, em alguma medida, a cobertura parece seguir a ideia de poder moderador, sugerida por Albuquerque (2013), já que constantemente os agentes políticos são avaliados (i.e. julgados) por sua falha, porém também há indícios de se tratar de uma cobertura bastante reativa às ações de outros agentes (i.e. Polícia Federal e o Poder Judiciário), que conseguem pautar os *media* (e seus enquadramentos) durante todas as fases da operação. Era notável, por exemplo, que boa parte das matérias era exclusivamente descritiva, apenas dando mais detalhes dos esquemas que os jornais diários. Isto também fica claro com o uso predominante de fontes diretamente ligadas aos casos de escândalos (e.g. políticos, investigados, agentes da polícia ou MP) em detrimento de especialistas e/ou cidadãos para analisar ou repercutir os acontecimentos.

Como nossa análise se centrou no jornalismo de revista, ou seja, aquele especialmente voltado para a discussão aprofundada dos temas, a falta de outras perspectivas é ainda mais sentida. A falta de pluralidade de enquadramentos, em nossa avaliação, está justamente ligada à falta de capacidade do próprio jornalismo em avaliar sua função em tamanha operação.

Futuras pesquisas podem tentar comparar nossos resultados com os enquadramentos presentes em outros veículos e meios e verificar se houve, de fato, enquadramentos predominantes no jornalismo tradicional, e em que medida nossos achados podem ser generalizados ou não.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. “Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentes ao Jornal Nacional”. *E-Compós* (Brasília), v. 16, p. 1-23. 2013.
- BEIRAGÊ, H. “PT, estrela cadente”. *Carta Capital*, São Paulo, ed. 863, agosto. 2015.

BONIN, R.; PEREIRA, D. “Homem da mochila”. *Veja*, São Paulo, ed. 2412, fev. 2015.

BONIN, R.; MARQUES, H.; PEREIRA, D. “O homem dos presidentes”. *Veja*, São Paulo, ed. 2422, abril. 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto. “A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa”. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. “Democracia e Escândalos Políticos”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.1, p. 62-75. 2001.

COUTINHO, F.; TAVARES, F. “Agora é com eles”. *Época*, São Paulo, ed. 874, mar. 2015.

DRUMMOND, C. “Impasse no abismo”. *Carta Capital*, São Paulo, ed. 839, fev. 2015.

ENTMAN, R. “Framing: towards clarification of a fractured paradigm”. *Journal of Communication*, v. 43, n.4, p. 51-58. 1993.

GAMSON, Willian. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Los Angeles, University of California Press, 1980.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

JERÔNIMO, J. “Delator da Petrobras diz que a campanha de Dilma em 2010 foi beneficiada por dinheiro desviado”. *IstoÉ*, São Paulo, n. 2342, out. 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. “Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, 2012.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. “Comunicação e política: um campo de estudos e seus desdobramentos no Brasil”. In: Luis Felipe Miguel; Flávia Biroli. (Org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010, v. 1. p. 7-24.

MIGUEL, Luis Felipe. “Quanto vale uma valência?”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 165-178, 2015.

PARDELLAS, S. “O fim da era PT”. *IstoÉ*, São Paulo, ed. 2384, agosto. 2015.

PORTO, Mauro P. “Enquadramentos da Mídia e Política”. In: *Encontro Anual Da Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Ciências Sociais*, 26., 2002, Caxambu. *Anais...*Caxambu: ANPOCS, 2002.

POZOBON, Rejane de Oliveira; MIRANDA, Clarissa Mazon. “Protocolo de análise para classificação das fontes jornalísticas em mídia impressa: uma ferramenta para o estudo do enquadramento”. *Revista Alceu*, v. 12, p.16. 2012.

POZOBON, Rejane de Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. “Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual”. *Revista Interin*, v. 19, n. 1, p. 120-136. 2015.

PRIOR, Hélder; GUAZINA, Liziana; ARAÚJO, Bruno. “Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face Oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira”. *Media & Jornalismo: uma revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, v. 14, n. 26, p.167-185. 2015.

PRUDENCIO, Kelly; RIZZOTTO, Carla Candida; SILVA, Michele Santos da. “Muita cena e pouca comunicação política? A Marcha das Vadias nos portais de notícias e a questão do reconhecimento”. In: *Associação Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Comunicação*, 24., 2015, Brasília.

RIZZOTTO, Carla; FONTES, Giulia Sbaraini; FERRACIOLI, Paulo. “As molduras possíveis para o Petrolão: uma análise de enquadramento de Carta Capital e Veja”. *Verso e Reverso*, v. 30, n. 7, p.11-22, janeiro-abril. 2016.

SCHWAAB, Reges Toni; TAVARES, Frederico de Mello Brandão. “O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista”. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p.180-193, dez. 2009.

SILVA, M. S. *Ley con qué médios?: Enquadramento noticioso no contexto do confronto político entre Clarín e Cristina Kirchner*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. “‘Entre objetos’, ‘objetos no entre’: Revista, Jornalismo Especializado e Qualidade de Vida”. *Contemporanea*, vol. 6, nº 2, dez. 2008.

THOMPSON, John B. *O escândalo político*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TUCHMAN, G. *Making News. A Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press, 1978.

VIMEIRO, A. C; DANTAS, M. “Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia”. *Revista Lumina*, v. 3, n. 2, p. 01-16, dez. 2009.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. “Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais”. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 235-252. 2011.

Recebido em: 02/08/2016
Aprovado em: 21/11/2016